

Clipping n° 1087

, 16 Outubro 2012 - 11:48:59

Faturamento de micro e pequenas indústrias cresce 15,4% em agosto ante período em 2011 O faturamento das micro e pequenas indústrias em agosto de 2012 foi superior em 15,4% na comparação com agosto de 2011, de acordo com pesquisa do Sebrae-SP. Em julho deste ano o faturamento foi superior em 9,4% na comparação de julho de 2011. Segundo o Sebrae-SP, no ano de 2011 a indústria começou a produzir para o Natal após setembro e outubro este ano ela começou um pouco mais cedo: no meses de julho e agosto. Mais de 80% dos empresários consultados sustentaram que tanto a economia do Brasil quanto o faturamento das suas empresas vai permanecer no mesmo patamar ou vai crescer. Ainda conforme dados da pesquisa, as micro e pequenas indústrias injetaram R\$35,7 bilhões na economia paulista durante 1º semestre. A receita medida deste tipo de empresa no setor industrial, no mês de junho de 2012, foi de R\$ 38,7 mil no universo estimado de 151,2 mil empresas industriais. O economista Antonio Correa de Lacerda, professor-doutor do departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), credita o otimismo das micro e pequenas indústrias a estimativas mais otimistas do Produto Interno Bruto (PIB) para os próximos 12 meses. Fiesp

Anúncio de iPad dá vida à página impressa Um anúncio interativo criado pela Lexus para o veículo de modelo ES mistura a tecnologia do iPad com a publicidade impressa. Utilizando o app CinePrint, o anúncio ganha vida quando o iPad é colocado debaixo da página. Enquanto uma música toca, as luzes do aparelho dão a impressão de que o veículo está se movendo, seus faróis acendendo, entre outras inovações. O anúncio estará na edição de 15 de outubro da revista Sports Illustrated. Mesclar impresso e digital já foi feito pela Entertainment Weekly, em sua edição de cinco de outubro, quando a revista incorporou um smartphone dentro da revista. Adnews

Brasil terá terceiro maior crescimento no mercado publicitário até 2014 Um estudo da Zenith Optimedia, empresa de mídia e pesquisa do Publicis Groupe, indica que o Brasil será o terceiro país com maior crescimento de investimentos em publicidade no mundo na comparação entre 2011 e 2014, considerando-se números brutos, e não porcentagem. O País terá um incremento de US\$ 5,3 bilhões neste período de três anos, número menor apenas do que os de Estados Unidos, com US\$ 12,8 bilhões e China, com US\$ 11,6 bilhões. Por conta da estagnação da economia, os países europeus não marcam presença forte no ranking dos dez primeiros, à exceção da Rússia e Reino Unido. Por causa desse crescimento, o Brasil deverá fechar o ano de 2014 como o quinto maior mercado publicitário mundial, atrás apenas de Estados Unidos, Japão, China e Alemanha, ultrapassando Reino Unido e França. Meio e Mensagem

Governo federal amplia lista de medicamentos ofertados no SUS Portarias publicadas na semana retrasada no Diário Oficial da União ampliam a lista de medicamentos ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Entre os destaques estão a biotina, indicada para o tratamento de pessoas com deficiência de biotinidase (falta de vitamina H). Os sintomas da doença incluem perda de força muscular, sonolência, convulsões e falta de equilíbrio. A estimativa é que cerca de 3,2 mil pessoas sofram de biotinidase no Brasil. Outro destaque é o clobetasol, recomendado contra a psoríase (doença de pele). O Ministério da Saúde informou que o clobetasol é uma nova opção de tratamento para pacientes com psoríase moderada (que tenham mais de 10%

da pele comprometida).O remédio será ofertado em duas formas: pomada e xampu. A doença atinge cerca de 2% da população brasileira e aproximadamente 80% dos pacientes afetados podem ser tratados com medicamentos tópicos (usados sobre a pele).O deputado Chico D Angelo (PT-RJ), médico e integrante da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, elogiou a decisão do governo Dilma. São medidas importantes, porque essas patologias, raras e outras não tão raras, atingem principalmente a população menos favorecidas. O deputado explicou que esses remédios são caros. E muitas dessas doenças precisam do uso permanente da medicação, o que provoca um impacto muito grande no orçamento familiar ou até mesmo no abandono do tratamento, enfatizou. (Fonte: Agência Informes)

Entidades de trabalhadores debatem duração dos mandatos e eleições sindicais A modificação da duração dos mandatos sindicais e os critérios adotados para as eleições nessas organizações foram debatidos em audiência pública realizada às 9h desta segunda-feira (15), pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A reunião foi motivada pela apresentação de projeto do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que prevê a ampliação do mandato dos dirigentes sindicais, dos atuais três para quatro anos, com possibilidade de uma reeleição, mas impede que parentes de titulares de cargos na diretoria de sindicatos possam concorrer nas eleições subsequentes, além de outras mudanças. A intenção de Cunha Lima com o PLS 252/2012 é atualizar as normas que disciplinam as eleições sindicais e que estão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Foram convidados para o debate o ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto e o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Pedro Duarte Tolentino Filho. Também foram convidados a participar da audiência pública os dirigentes das seguintes entidades: Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita, Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Rosa, Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Força Sindical do Rio Grande do Sul, Nova Central Sindical de Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, União Geral dos Trabalhadores, Federação Nacional dos Médicos, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Fórum Social do Prado, Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul. A audiência foi realizada na sala 2 da Ala senador Nilo Coelho, no Senado.

Juros cobrados sobre empréstimos consignados Nesta terça-feira (16), a Comissão de Assuntos Econômicos pode analisar em decisão terminativa, o PLS 300/05, do senador Paulo Paim (PT-RS), que acrescenta parágrafos ao artigo 6º da Lei 10.820, de 2003, que determina que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em cinco pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic). No colegiado poderá ser votado o parecer do relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), que apresentou parecer pela aprovação do projeto. O senador José Pimentel (PT-CE) apresentou voto em separado pela rejeição do mesmo.

Incidência do IR sobre os juros de mora Também pode ser analisado em decisão terminativa, o PLS 639/11, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que acrescenta artigo 6º-A à Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para dispor sobre a não incidência do imposto de renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração decorrente de exercício de emprego, cargo ou função. Segundo o projeto, os juros de mora recebidos pelo trabalhador em razão de atraso no pagamento de sua remuneração ou indenização não deixarão de ser classificados como rendimentos para fins de Imposto de Renda da Pessoa Física. O projeto, portanto, modifica a Lei 7.713/1988 que trata do Imposto de Renda e prevê a exclusão do parágrafo único do artigo 16 da Lei 4.506/1964. No colegiado poderá ser apreciado o parecer do relator, senador Fernando Collor (PTB-AL), pela aprovação do projeto e rejeição da emenda 1, apresentada na Comissão de Assuntos Econômicos. A reunião inicia-se às 10h, na sala de reuniões 19, Ala senador Alexandre Costa, no Senado.

Utilização do FGTS para pagamento de mensalidades escolares A Comissão de Educação e Cultura (CEC) aprecia em decisão terminativa, o PLS 208/07, do ex-senador Raimundo Colombo (SC), que acrescenta inciso XVII ao artigo 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo

de Serviço (FGTS) para pagamento de matrícula e mensalidades escolares, em instituições de ensino superior, e dá outras providências. No colegiado poderá ser analisado o parecer do relator, senador Ciro Nogueira (PP-PI), pela rejeição da matéria.

Cuidador de idoso Retorna a pauta do colegiado desta quarta-feira (17), para votação em turno suplementar, o projeto que trata da regulamentação da profissão de cuidador de idoso. Trata-se do PLS 284/11, do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), que permite exercer a profissão pessoa maior de 18 anos, com ensino fundamental completo e curso de cuidador reconhecido pelo Ministério da Educação. No colegiado poderá ser mantido o parecer da relatora, senadora Marta Suplicy (PT-SP), pela aprovação com substitutivo. A matéria será apreciada em decisão terminativa, e se aprovada, vai para a Câmara dos Deputados. **Seguro-desemprego** A CAS poderá também votar nesta quarta-feira (17), o PLS 84/09, do ex-senador Raimundo Colombo (SC), que estabelece a dilação no pagamento de prestações de mutuários da Caixa Econômica Federal. Determina que todo mutuário da Caixa que esteja recebendo o seguro-desemprego tenha direito a suspensão do pagamento de suas prestações. De acordo com o artigo 2º, a suspensão do pagamento valerá enquanto o mutuário receber o seguro-desemprego, e pelos seis meses seguintes. O projeto ainda estabelece que a Caixa deva refinanciar o valor das prestações não pagas. No colegiado poderá ser votado o parecer da relatora, senadora Ângela Portela (PT-RR), pela rejeição. A matéria será apreciada em decisão terminativa. **Contribuições sociais das empresas e trabalhadores** Também será analisada em caráter terminativo, o PLS 132/12, do senador Blairo Maggi (PR-MT), que altera a Lei 8.212/91, para assegurar que a parte do orçamento da Seguridade Social formada pela contribuição das empresas e dos trabalhadores seja utilizada apenas para pagar os benefícios de caráter contributivo da Previdência Social. O projeto proíbe a utilização das contribuições sociais a cargo das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço, das contribuições sociais pagas pelos empregadores domésticos e das contribuições arcadas pelos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, no pagamento de prestações da Saúde e da Assistência Social. A proposição também promove alterações no artigo 18 da Lei 8.212/91, de forma a não permitir que essas mesmas contribuições sociais sejam utilizadas para o financiamento das despesas com pessoal e administração geral do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No colegiado poderá ser votado o parecer do relator, senador Vicentinho Alves (PR-TO), favorável à aprovação da matéria. A reunião acontece nesta quarta-feira (17), a partir das 9h, no plenário 9, da Ala senador Alexandre Costa, do Senado. Fonte: DIAP

Falta de qualificação entre jovens é causa de desemprego, mostra Unesco Brasília - Duzentos milhões de jovens, com idade entre 15 e 24 anos, de países em desenvolvimento não completaram o ensino primário, equivalente ao ensino fundamental no Brasil, e precisam de caminhos alternativos para adquirir habilidades básicas para o emprego. O número representa 20% da população desses países nessa faixa etária e foi apresentado no 10º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, publicado hoje (16) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O relatório mostra que a população jovem do mundo é a maior que já existiu e que um em cada oito jovens está desempregado. Além disso, mais de 25% estão em trabalhos que os deixam na linha da pobreza ou abaixo dela, equivalente a um rendimento inferior a US\$ 1,25 por dia. O documento ressalta que a profunda falta de qualificação da juventude é mais nociva do que nunca, neste momento de crise econômica que continua afetando sociedades de todo o mundo. A publicação avalia que houve progresso significativo em algumas regiões, mas poucas estão no caminho para atingir as seis metas previstas no Acordo de Dakar (Senegal), assinado por 164 países durante a Conferência Mundial de Educação de 2000. Pelo acordo, até 2015 devem ser cumpridas as seguintes metas: expandir cuidados na primeira infância e educação; universalizar o ensino primário; promover as competências de aprendizagem e de vida para jovens e adultos; reduzir o analfabetismo em 50%; alcançar a paridade e igualdade de gênero; melhorar a qualidade da educação. Em todo o mundo, 250 milhões de crianças em idade escolar primária não sabem ler ou escrever, frequentando ou não a escola. Entre os adolescentes, 71 milhões estão fora da escola secundária, perdendo, segundo a pesquisa, a oportunidade de adquirir habilidades vitais para um emprego digno no futuro. As populações jovens pobres são as que mais precisam de capacitação, principalmente das áreas rurais. Muitos jovens fazendeiros, com problemas de escassez de terras e efeitos da mudança climática, não têm sequer as habilidades

básicas necessárias para se proteger e se sustentar , conclui o estudo. No Brasil, aqueles que moram na zona rural têm o dobro de chance de ser pobres e 45% não completaram o ensino fundamental. Segundo a diretora-geral da Unesco, Irina Bokova, o mundo está testemunhando uma geração jovem frustrada pela disparidade crônica entre habilidade e emprego. A melhor resposta à crise econômica e ao desemprego de jovens é assegurar a capacitação básica e relevante de que precisam para entrar no universo do trabalho com confiança , disse. Para ela, esses jovens precisam ter caminhos alternativos para a educação, para conseguir as habilidades necessárias à sobrevivência, a viver com dignidade e contribuir com suas comunidades. O relatório mostra ainda que não investir nas habilidades de jovens tem efeitos de longo prazo visíveis em todos os países. Mesmo nas nações desenvolvidas, a estimativa é que 160 milhões de adultos, ou 20% deles, não tenham requisitos mínimos para se candidatar a um emprego, como ler um jornal, escrever ou fazer cálculos. Por isso, a Unesco defende que investir no desenvolvimento das habilidades de jovens é uma estratégia inteligente para países que querem impulsionar seu desenvolvimento econômico. A partir dos dados, a entidade alerta que apesar de a área econômica ser a primeira a se beneficiar da mão de obra mais qualificada, o setor privado contribui muito pouco na educação dos jovens, com apenas 5% dos fundos oficiais. Além disso, recomenda que governos e países doadores de fundos globais para a educação se empenhem para garantir o investimento necessário. Fonte: Agência Brasil

Jorge Caetano Ferminopj